

MOBILIZAÇÃO RACIAL NO BRASIL: uma revisão crítica *

Luiz Cláudio Barcelos ***

Introdução

Os grupos sociais, em geral, se mobilizam em demanda por serviços e equipamentos de uso coletivo e pela remoção de mecanismos e práticas que levam à reprodução de sua subordinação. No Brasil, a subordinação racial¹ tem levado a uma mobilização cujo perfil e eficácia são objeto de vários estudos.

Quais são as características e o papel da mobilização racial no Brasil? O que a literatura nos revela a esse respeito? O presente estudo se volta para essas questões, tendo como objetivo indicar o que há sobre o tema, mapeando os diversos componentes da mobilização racial no Brasil. Ao mesmo tempo, procura trazer para esse debate referenciais da produção sobre movimentos sociais pouco enfatizados até agora. Os fatores fundamentais que informam as práticas da mobilização racial são enfocados e discute-se, especialmente, as questões e desafios que envolvem a mobilização coletiva relacionada à questão racial surgida a partir da década de 1970.

Uma breve revisão teórica que aponte os elementos-chave na investigação sobre os movimentos sociais é o passo inicial nesta análise. A discussão gira em torno da produção das ciências sociais no Brasil sobre os movimentos sociais em geral e sobre a mobilização racial em particular.

* Agradeço a Luiza Bairos, Antonio Sérgio Guimarães, John Markoff, Rolland Paulston, João Reis e Denise Ferreira da Silva, não só as críticas como o incentivo na elaboração deste artigo.

** Doutorando na Universidade de Pittsburgh.

¹ Entendo raça como uma classificação social, historicamente construída, que, então, permeia as relações entre os indivíduos e a estrutura social. Ver Loic J. Wacquant, "O retorno do recalcado; violência urbana, 'raça' e dualização em três sociedades avançadas". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 9, n. 24, (1994); e Howard Winant, *Racial Conditions; Politics, Theory, Comparisons*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1994. Eventualmente, originam-se práticas de discriminação e racismo que assumem diversas formas, como aquelas existentes no Brasil: ver a respeito Antonio Sérgio A. Guimarães, "Raça, racismo e grupos de cor no Brasil", *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 27, (1995).

O surgimento de novas formas de ação coletiva no pós-guerra, juntamente com controvérsias teóricas nas ciências sociais, deram origem a duas principais tradições de estudos sobre os movimentos sociais: “mobilização de recursos” e “novos movimentos sociais”. A primeira viria a dominar o debate acadêmico nos Estados Unidos e a última na Europa. A questão central é explicar o aparecimento e a atuação de novos atores coletivos.²

Bert Klandermans e Sydney Tarrow mostram que as tradições de pesquisa sobre mobilização de recursos e novos movimentos sociais enfatizam diferentes aspectos da mobilização coletiva, respectivamente, elementos motivacionais e estruturais. Esses autores indicam quatro fatores que caracterizam os movimentos sociais. O primeiro deles é o potencial de mobilização, que indica os limites que a mobilização pode alcançar. A rede de recrutamento é o segundo componente, envolvendo a capacidade das organizações do movimento social em expandir sua base de apoio e formar alianças entre si. O terceiro aspecto é a motivação para participar, que diz respeito à percepção dos custos e benefícios que derivam do engajamento em ações do movimento social. O quarto fator é a noção de barreiras à participação, que se refere aos obstáculos que têm de ser superados para a efetiva participação nos movimentos sociais. Os autores argumentam que esses fatores revelam como a mobilização de consenso, envolvendo a propagação da perspectiva do movimento, se transforma em mobilização de ações, envolvendo a ativação de indivíduos. Eles ressaltam que a formação de um potencial de mobilização é primariamente uma questão de mobilização de consenso, enquanto os demais estágios envolvem tanto mobilização de consenso quanto de ações. Mobilização de consenso é o principal conceito que propomos, ligando as perspectivas “macro” e “micro”, respectivamente, das tradições de novos movimentos sociais e mobilização de recursos.³

² Essa discussão é feita em detalhe por Ron Eyerman and Andrew Jamison, *Social Movements; A Cognitive Approach*, University Park, The Pennsylvania State University Press, 1991; Hank Johnston, Enrique Laraña and Joseph Gusfield, “Identities, Grievances, and New Social Movement”, in E. Laraña, H. Johnston and J. Gusfield (orgs.) *New Social Movements; From Ideology to Identity* (Philadelphia, Temple University Press, 1994) e Bert Klandermans e Sydney Tarrow “Mobilization into Social Movements: Synthesizing European and American Approaches”, in B. Klandermans, H. Kriesi and S. Tarrow (orgs.), *International Social Movements Research. From Structure to Action: Comparing Social Movement Research Across Cultures* (London, Jai Press, 1988). Nesses estudos aparecem como formas de ação coletiva os movimentos estudantil, feminista, ambientalista e pelos direitos civis nos Estados Unidos.

³ Klandermans e Tarrow “Mobilization into Social Movements”, p. 13.

Para Klandermans e Tarrow, a mobilização de consenso relaciona ações internas ao movimento social com o sistema político mais amplo. Não seria demais lembrar, embora esteja além do escopo deste artigo uma detalhada discussão a esse respeito, que a complexidade dessa dinâmica aumenta quando se pensa nos elementos socioculturais trazidos pela globalização.⁴

Um último parâmetro a ser ressaltado é que o conceito de *identidade* passa a substituir o de *ideologia* como referencial para a atuação e análise dos movimentos sociais. As dimensões individual, coletiva e pública da identidade interagem nos movimentos coletivos. Ao articularem visões alternativas, elaborando novas identidades sociais ou redefinindo as já existentes em um sentido positivo, os movimentos sociais não apenas tentam maximizar ações coletivas, mas também propõem novos projetos cognitivos para a sociedade.⁵

A partir dos anos 70 desenvolve-se no Brasil a literatura sobre movimentos sociais urbanos, a qual passa a falar dos setores populares que se organizam enquanto grupos de pressão na demanda por bens de consumo coletivo.⁶ Os atores coletivos são em geral definidos nesses estudos como grupos empobrecidos, excluídos do processo de decisões políticas. Não se deve esquecer a conjuntura nesse período, isto é, o impacto social do modelo econômico do regime militar e o questionamento do autoritarismo por segmentos da sociedade civil.

A emergência desses novos atores coletivos e a perda de uma visão totalizante como paradigma teórico não é um problema banal para uma

⁴ Sobre o debate sociológico sobre a globalização ver Roland Robertson, *Globalization; Social Theory and Global Culture*, London Sage, 1992.

⁵ Eyerman e Jamilson, *Social Movements* e Johnston, Laraña e Gusfield, *New Social Movements* enfatizam esse aspecto. Os primeiros autores utilizam o conceito de “projeto cognitivo”, que me parece próximo da noção de “mobilização de consenso”, ou seja, a tentativa de “propagar a visão de um ator social entre a população”, segundo Klandermans, Bert Klandermans, “The Formation and Mobilization of Consensus”, in: B. Klandermans, H. Kriesi and S. Tarrow (orgs.), *International Social Movements Research. From Structure to Action: Comparing Social Movement Research Across Cultures* (London, Jai Press, 1988), p. 175.

⁶ Ver a esse respeito Renato Boshi e Licia do P. Valladares, “Movimentos associativos de camadas populares urbanas: análise comparativa de seis casos”, n: Renato Boshi (org.), *Movimentos coletivos no Brasil urbano* (Rio de Janeiro, Zahar, 1982); Ruth C. Cardoso, “Movimentos sociais urbanos: balanço crítico”, in B. Sorj e Maria H. de Almeida (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-1964* (São Paulo, Brasiliense, 1983); e Luiz A. Silva e Alicia Ziccardi, “Notas para uma discussão sobre os movimentos sociais urbanos”, in *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos* (Brasília, ANPOCS, 1983).

produção intelectual que tem o conceito de classe social como referência. As contradições urbanas, que parecem confundir ou mesmo negar a luta de classes, e o enfraquecimento de formas tradicionais de controle social, ensejam simultaneamente novas possibilidades de contestação. Este o contexto que levou à revisão do paradigma marxista pelos teóricos europeus, os quais exerceram forte influência na reflexão brasileira sobre movimentos sociais⁷. O ponto importante aqui é que a tradição teórica de “novos movimentos sociais” não presta muita atenção ao fator racial. Hanchard lembra que o movimento francês S.O.S. Racisme não aparece em volumes recentes sobre os “novos movimentos sociais” na Europa.⁸

Comentário similar poderia ser feito sobre a produção brasileira. Além da ausência de uma teorização sobre raça no paradigma marxista, e portanto na tradição dos “novos movimentos sociais”, alia-se o interesse relativamente pequeno dos cientistas sociais brasileiros pelo tema das relações raciais. Como consequência, a produção sobre os movimentos sociais urbanos praticamente ignora o movimento negro e o componente racial das relações sociais. Em vão se tenta descobrir na literatura a cor dos setores populares. Quando muito encontra-se uma menção, sem que tal fator seja incorporado analiticamente.

Por seu turno, a reflexão sobre o movimento negro, tendo por base os estudos das relações raciais, especialmente as obras clássicas de Florestan Fernandes e Roger Bastide, passa ao largo do debate mais recente sobre os movimentos sociais, a mais notável exceção sendo a revisão da literatura feita por Pinto.⁹ Tem-se, dessa forma, no Brasil, um quadro incompleto das relações entre a mobilização racial, o conjunto da sociedade civil e o Estado.

Os movimentos sociais, por serem a face politicamente organizada da sociedade, atuam, ao lado de outras formas de participação, como interlocutores do Estado, em uma dinâmica que interliga estruturas sociais, sistemas políticos e as características da própria mobilização coletiva.¹⁰

⁷ Cardoso, “Movimentos sociais urbanos”, destaca a influência dos autores franceses. Sônia Larangeira (org.), *Classes e movimentos sociais na América Latina*, São Paulo, HUCITEC, 1990 discute a relevância do conceito de classe (ver especialmente a introdução).

⁸ Ver Michael Hanchard, *Orpheus and Power: The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988*, Princeton, Princeton University Press, 1994, p. 157

⁹ Ver Regina P. Pinto, *O Movimento Negro em São Paulo: Luta e Identidade*, Dissertação de Doutorado, São Paulo, FFLCH/Universidade de São Paulo, 1993.

¹⁰ Ver a respeito Frances F. Piven and Richard A. Cloward, *Poor People's Movements: Why They Succeed, How They Fail*, New York, Pantheon Books, 1977.

Em sua dimensão racial, essa dinâmica remete ao “processo de formação racial”¹¹ ou aos meandros da “política racial”¹², no sentido de que as práticas políticas em sociedades multirraciais têm inevitavelmente um conteúdo racial e, desnecessário dizer, em benefício do grupo dominante.

No Brasil, o questionamento dessa situação tem levado ao “desenvolvimento de um movimento negro desde os anos 70, que embora atingindo enorme sucesso em desafiar o mito da democracia racial, não tem resultado em mais do que limitadas reformas nas estruturas institucionais do racismo brasileiro”¹³. No que diz respeito ao movimento negro, faz-se necessário apontar três elementos, para contextualizar a análise da mobilização racial no Brasil. Primeiro, na ausência de mobilização política ao longo de uma linha racial inequívoca, tanto ativistas quanto pesquisadores tomam uma plethora de manifestações coletivas e de espaços de aglutinação da comunidade negra como formas de mobilização e, principalmente, de identificação étnica. Essas manifestações denotariam as “muitas maneiras de ser negro”¹⁴, e são vistas, umas mais, outras menos, como expressões do movimento negro.¹⁵

Segundo, a percepção das relações raciais no Brasil é central para a participação política dos negros enquanto grupo específico. Estou me referindo ao mito da democracia racial. Essa representação dominante da sociedade brasileira sobre si mesma coloca barreiras consideráveis à mobilização racial, bem como ao reconhecimento do movimento negro pelos demais segmentos da sociedade civil.

¹¹ Uso o conceito de Winant, *Racial Conditions*.

¹² Uso a expressão de Hanchard, *Orpheus and Power*.

¹³ Winant, *Racial Conditions*, p. 166.

¹⁴ Apenas tomo emprestado a feliz expressão de Maria M. Berriel, *A identidade fragmentada; as muitas maneiras de ser negro*, Dissertação de Doutorado. São Paulo, FFLHC/ Universidade de São Paulo, 1989.

¹⁵ Como faz, por exemplo, Clóvis Moura, *Brasil: as raízes do protesto negro*, São Paulo, Global, 1983. Além disso, um indicio quantitativo do que correntemente se entende por movimento negro pode ser obtido em Caetana Damasceno, Sonia Giacomini e Micênio Santos “Catálogo de entidades do movimento negro no Brasil”, *Comunicações do ISER*, v. 5, n. 29 (1988) e Paulo R. dos Santos, *Instituições Afro-Brasileiras*, Rio de Janeiro, CEEA, 1986; ainda que se deva atentar para os critérios, por vezes bastante elásticos, adotados nesses estudos. Note-se também que, embora sejam listadas organizações em todo o país, as análises na literatura se concentram em experiências de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, o que reflete as dinâmicas tanto da mobilização racial quanto da produção em ciências sociais no Brasil. Equivale dizer, faltam estudos sobre a mobilização racial em outras partes do país.

O terceiro elemento nesse quadro é a questão da “cidadania emergente”.¹⁶ A trajetória da mobilização racial é sem dúvida uma história de busca da cidadania¹⁷. Essa mensagem fica ainda mais nítida através do movimento negro contemporâneo, cujo projeto político propugna a construção de uma cidadania sem qualificações e adjetivos, o que implica em propagar uma visão crítica das relações raciais, desmistificando a ideologia da democracia racial. Não há, portanto, porque se espantar com as dificuldades do movimento negro. Afinal, como bem lembra Joel Rufino, este é um dos elos, talvez o mais forte, em uma cadeia de idealizações envolvendo nosso senso de nacionalidade.¹⁸

Cores e nomes

O ponto central das relações raciais no Brasil é a convivência do mito da democracia racial com abismais desigualdades raciais.¹⁹ Certamente um dos obstáculos para que as desigualdades raciais sejam percebidas enquanto tais é que raça no Brasil é percebida como cor, e cor tem muitos no-

¹⁶ Elisabeth Souza-Lobo fala especificamente das relações de gênero mas suas observações, certamente, podem ser utilizadas no contexto da mobilização racial. Ela conclui que “os temas das mulheres coincidem com as questões sociais debatidas na sociedade brasileira. Isto explica a transversalidade da problemática da igualdade e dos direitos das mulheres, assim como uma consciência frágil e difusa a respeito da discriminação. A questão democrática, hoje o centro dos debates, esta atravessada pela problemática da extensão da cidadania”. Elisabeth Souza-Lobo, “O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990)”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 17 (1991), p. 12.

¹⁷ Mesmo nas sociedades capitalistas industrializadas, a perspectiva modernizante da virtual eliminação de formas de desigualdades extremas foram desmentidas pelas profundas clivagens raciais e sociais, como argumentam Wacquant, “O retorno do recalçado”, e Winant, *Racial Conditions*, o que reavivou o debate sobre a cidadania. Sobre este último tema ver Bart van Steenberghe (org.), *The Condition of Citizenship*, London, Sage, 1994.

¹⁸ Ver Joel Rufino, “IPC e Cacique de Ramos: dois exemplos de movimento negro no Rio de Janeiro”, *Comunicações do ISER*, n. 28 (1988).

¹⁹ Há uma literatura crescente sobre desigualdades raciais no Brasil, em grande parte revendo as teses da Escola Paulista. Destacaria as obras que inauguraram essa abordagem: Lúcia H. Oliveira, Rosa M. Porcaro e Tereza C. Araujo, *O lugar do negro na força de trabalho*, Rio de Janeiro, IBGE, 1983; Carlos Hasenbalg, *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal, 1979; Nelson do V. Silva, *Black-White Income Differentials: Brazil, 1960*, Ph. D. Dissertação, University of Michigan, 1978. Há também revisões recentes como os estudos reunidos em *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 23, (1992) sob o título “Laboratório de pesquisas sobre desigualdades raciais”; Carlos Hasenbalg e Nelson do V. Silva, *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo*, Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992; Peggy Lovell, “Race, Gender, and Development in Brazil”, *Latin American Research Review*,

mes.²⁰ No nosso processo de formação racial, a “confusão” do sistema de classificação parece ter sido gerada como um antídoto contra uma eventual mobilização decorrente das desigualdades raciais. As categorias raciais em uso na sociedade brasileira são um dos dilemas das nossas relações raciais. Obviamente, estão em jogo não simples nomes mas as relações sociais que eles representam, questão presente em sociedades multirraciais, mesmo no tradicionalmente mais rígido sistema de classificação dos Estados Unidos.²¹

As pesquisas, então, se defrontam com o problema das categorias raciais a serem empregadas. Nelson do Valle Silva pondera, por exemplo, que os achados das pesquisas sobre desigualdades raciais ficariam seriamente comprometidos se as categorias censitárias preto e pardo, e sua freqüente agregação em uma categoria única, se revelassem inadequadas. Há também a crítica de Elza Berquó e Luis Felipe Alencastro à categoria pardo e o contraste que Livio Sansone indicou entre a opinião do informante e a do pesquisador, ao mesmo tempo em que observou um padrão geracional na preferência pelas categorias “preto” e “negro”, esta usada mais pelos jovens.²²

Nelson do Valle Silva, revisitando o problema, analisou os dados de um *survey* que levantou duas formas de classificação racial: a autoclassificação e a classificação atribuída pelo entrevistador. Considerando a ambigüidade da categoria “moreno” (codificada como categoria por ter sido opção significativa dos respondentes) e a tênue linha separando categorias contíguas, Silva calcula em 4% os casos de “classificação inconsistente”, isto é, pessoas classificadas como pretas que se declararam brancas ou vice-versa. O autor demonstra, então, que os casos inconsistentes apresentam significativa relação com a situação socioeconômica. As pessoas classificadas pelo entrevistador como brancas que se classificaram como pretas têm média de anos de escolaridade menor do que as do

v. 29, n. 3 (1994); Edward Telles, “Industrialização e desigualdade racial no emprego: o exemplo brasileiro”. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 26 (1994).

²⁰ Oracy Nogueira cunhou em 1954 a clássica distinção entre *marca* e *origem* ao definir o preconceito racial no Brasil - ver Oracy Nogueira, *Tanto preto quanto branco; estudos de relações raciais*, São Paulo, T.A. Queiroz, 1985. No que poderia ser visto como uma atualização dessa discussão, Antonio Sérgio Guimarães, em “‘Raça’, racismo e grupos de cor”, p. 58, afirma que “a cor é, portanto, em todos os casos a nossa categoria racial central”.

²¹ Ver Thomas Skidmore, “Bi-racial USA vs. Multi-racial Brazil: Is the Contrast still Valid?”, *Journal of Latin American Studies*, v. 25, n. 2 (1993).

²² Na falta de um termo de aceitação universal, os autores se dividem na preferência por várias categorias: “negros”, “pretos e pardos”, “negros e morenos”, “afro-brasileiros”,

grupo branco como um todo, enquanto os pretos e pardos que se classificaram como brancos apresentam médias de anos de escolaridade superiores às dos brancos. Notadamente, os pretos “que inconsistentemente se classificaram como brancos têm nada menos que 12,7 anos de estudos completos, quase quatro anos a mais do que os *brancos consistentes*”.²³ Ainda mais interessante é que, embora os resultados quanto a rendimento sigam o mesmo padrão, não são estatisticamente significativos. Dito de outra forma, o “embranquecimento” é mais função da educação do que da renda.²⁴ Logo, fica óbvia a interação entre *status*, real ou percebido, e condição racial. Por isso há uma tendência a “fugir” da categoria preto ou ficar “preso” a ela de acordo com o *status* do indivíduo.

Entretanto, o problema é não somente a adequação das categorias dos levantamentos estatísticos mas a compreensão de sua utilização. Yvonne Maggie investiga a nossa terminologia racial, perguntando não apenas “que” termos empregamos mas “como” o fazemos. Essa autora argumenta que experimentamos sistemas paralelos de classificação, que são acionados contextualmente. O eixo negro-branco se aplica à dimensão cultural, a distinção preto-branco remete às dimensões da hierarquia social, e com os termos do continuum claro-escuro diluem-se as oposições. Assim, “se o negro é pensado culturalmente, pretos e brancos marcam diferenças sociais e o gradiente claro e escuro escamoteia essa diferença social usando grau e não qualidade”.²⁵

Sumariando essa discussão, temos, por um lado, as categorias usadas em levantamentos estatísticos que se mostram eficientes em capturar o perfil socioeconômico dos segmentos raciais no Brasil. Por outro, sabemos que no dia-a-dia muitos mais termos são utilizados. Ordens paralelas, e não excludentes de classificação racial, convivem em uma mesma realidade social precisamente porque as categorias raciais são amplamente, ainda que não ilimitadamente, manipuláveis.

etc. De todas, a mais antipática é, com certeza, “não-brancos”. Além dos estudos citados na nota 19, ver Nelson do V. Silva, “Uma nota sobre ‘raça social’ no Brasil”, *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 26 (1994); Livio Sansone, “Pai preto, filho negro. Trabalho, cor e diferenças de geração”. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 25 (1993); e Elza Berquó e Luiz F. Alencastro “A emergência do voto negro”, *Novos Estudos CEBRAP*, n. 33 (1992).

²³ Silva, “Uma nota sobre ‘raça social’”, p. 77, ênfase no original.

²⁴ Um acréscimo à conclusão de Hasenbalg de que os negros obtêm retorno menor do que os brancos do investimento em educação. Ver Hasenbalg, *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*.

²⁵ Yvonne Maggie, “Cor, hierarquia e sistema de classificação: a diferença fora do lugar” in *Catálogo; centenário da abolição* (Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Núcleo da Cor, 1989), p. 24.

Nos diversos momentos da mobilização racial esse tem sido um problema. Apenas para mencionar dois exemplos, em São Paulo, nos anos 20-30, houve a preocupação com a postura de “irmãos de cor” em trajetória de ascensão social e a preservação de seus elos com a comunidade; em Salvador, na estruturação do movimento negro nos anos 70, registrou-se a tensão entre “negros bem escuros” e os “negros de pele clara”. O ponto principal, obviamente, é o cálculo do grupo sobre o potencial de mobilização para uma ação política com base racial. Por isso o movimento negro, majoritariamente, tende a ignorar, ou melhor, tenta deslegitimar o gradiente de cores.²⁶

A mobilização racial na primeira metade do século

Nos anos 20 em São Paulo já se havia consolidado uma rede de associações culturais e recreativas e uma imprensa negra que propiciaram a formação, em 1931, da Frente Negra Brasileira-FNB, presente também em outros estados do país. Desde o início a FNB tinha uma perspectiva de participação política, embora tenha se transformado formalmente em partido político só em 1936.²⁷

Nessa fase da mobilização racial foram destacadas as condições de vida da população negra mas não houve uma crítica mais ampla das relações raciais no Brasil. Regina Pinto chama a atenção para a preocupação que aparecia na imprensa negra da época com a adequação das condutas morais e sociais dos negros. Essa autora destaca também que há nos jornais críticas ao imigrante estrangeiro enquanto competidores no mercado de trabalho, mas os mesmos são algumas vezes tomados como modelo pela sua dedicação ao trabalho e à educação.

Não se deve perder de vista que em São Paulo se vivia de perto os efeitos da política de imigração. O Estado brasileiro, em nome da suposta

²⁶ Ver Pinto, *O Movimento Negro em São Paulo*, p.207; e Silva, “Uma nota sobre ‘raça social’”, p. 284, respectivamente.

²⁷ A mais completa análise desse período, especialmente da Frente Negra Brasileira, é Pinto, *O Movimento Negro em São Paulo*; Michael Mitchell, *Racial Consciousness and the Political Attitudes and Behavior of Blacks in Sao Paulo*, Ph.D. Dissertation, Indiana University, 1977, estudou esse período da mobilização racial numa pesquisa cujos procedimentos, infelizmente, ainda não foram duplicados para períodos mais recentes. Ver também George R. Andrews, *Blacks & Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*, Madison, University of Wisconsin Press, 1991; George R. Andrews, “O protesto político negro em São Paulo, 1888-1988”, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 21 (1991); e Maria E. do Nascimento, *A estratégia da desigualdade; o movimento negro dos anos 70*, Dissertação de Mestrado, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1989.

carência de mão-de-obra e do projeto de embranquecimento, promoveu ativamente a imigração de europeus. O negro foi, assim, preterido das posições emergentes da industrialização paulista, e até mesmo de ocupações agrícolas, em função de critérios puramente ideológicos. George Andrews argumenta que os imigrantes tinham realmente maior taxa de alfabetização, mas não traziam nenhuma habilitação especial para o trabalho industrial, o que, ademais, seria quase irrelevante, já que o treinamento acontecia no próprio local de trabalho.

O caráter conservador da mobilização racial dos anos 20-30 é bem conhecido, assim como sua hostilidade à democracia liberal, mas adquire maior expressão quando lembramos a movimentação anarquista no começo do século, inclusive com a famosa greve de 1917. De fato, Regina Pinto nota que “não era apenas o presidente [da FNB] que demonstrava simpatia pelos regimes totalitários, então em franca ascensão na Europa. Vários líderes negros, ligados à [FNB], certamente influenciados pelas idéias nacionalistas e patrinovistas, também expressaram-se favoravelmente em relação a esses regimes”.²⁸ Mas o mais importante para os nossos objetivos é notar a visão positiva dos negros sobre as relações raciais brasileiras desse período, como se pode inferir das alusões, na imprensa negra, à integração racial no Brasil como uma vantagem em comparação com a situação dos Estados Unidos.²⁹ Não seria exagero dizer que esse tipo de percepção tornar-se-ia anátema para o movimento negro algumas décadas mais tarde.

Essa fase da mobilização racial se encerrou sob pressão do Estado Novo, que como sabemos desarticulou as formas de participação política da sociedade civil. A mobilização racial volta a ter um momento relevante nos anos 40-50, marcada indubitavelmente pelo Teatro Experimental do Negro-TEN. Em torno do TEN foram organizados diversos seminários e congressos, além da atividade teatral propriamente dita, no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, sob a liderança de Abdias do Nascimento.³⁰

Ao absorverem elementos da “negritude”- o movimento de antilhanos e africanos de língua francesa, de grande conteúdo literário mas divergentes agendas políticas - os intelectuais ligados ao TEN não foram capazes de eliminar as contradições de origem daquele movimento. Assim, a atuação

²⁸ Pinto, *O Movimento Negro em São Paulo*, p. 148

²⁹ Idem, p. 268.

³⁰ Sobre a mobilização em torno do TEN ver Hanchard, *Orpheus and Power*; Pinto, *O Movimento Negro em São Paulo*; Maria A. Maués, “Da ‘branca senhora’ ao ‘negro herói’: a trajetória de um discurso racial”, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 21 (1991) e Ricardo G. Müller, “Identidade e cidadania: o Teatro Experimental do Negro”, *Dionysos*, n. 28 (1988) .

do TEN teria sido marcada pelo elitismo, tendência que foi combatida pelos esforços de poucos, entre eles Solano Trindade e seu Teatro Popular Brasileiro. De fato, a literatura tem seguido a visão crítica de Clóvis Moura desde que ele respondeu com um sonoro “nada” à pergunta “o que esse grupo apresentava à grande comunidade negra marginalizada nas favelas, nas fazendas de cacau e de algodão, nas usinas de açúcar, nos alagados e nos pardieiros das grandes cidades?”. Moura considera que a Associação Cultural do Negro-ACN, fundada em 1954 em São Paulo, foi a única organização significativa desse período.³¹

No entanto, com o TEN aumentou o tom da crítica às relações raciais no Brasil. Ricardo Müller menciona um documento originado em um dos diversos encontros organizados sob o patrocínio do TEN, que propõe, entre outras medidas, a criminalização da discriminação racial. Um outro documento chama a atenção de Regina Pinto pelo emprego do termo afro-brasileiro “para designar o negro; a valorização, embora ainda incipiente, das religiões afro-brasileiras, até então praticamente ignoradas pelas elites negras; o reconhecimento das organizações, que o documento denomina de populares, como as escolas de samba”.³² Esses elementos, convém lembrar, viriam a ser fundamentais na fase seguinte da mobilização racial.

A década de 1960 foi de escassa atividade. Em 1968, a ACN criou a Escola Cultural Áurea Brasileira, de pouca atuação.³³ Maria Maués menciona o debate por ocasião dos 80 anos da abolição, organizado pela revista *Cadernos Brasileiros*, em colaboração com pessoas ligadas ao TEN, que reuniu antigas lideranças e novas figuras da mobilização racial. Esse evento pode ser visto como representando a passagem para o momento seguinte da mobilização racial.

A mobilização racial contemporânea

Há dois aspectos fundamentais da mobilização racial a partir dos anos 70. Primeiramente, as organizações do movimento negro³⁴ não se voltam apenas para o interior da comunidade negra, mas se mobilizam para questões

³¹ Moura, *Brasil: as raízes do protesto negro*, pp. 103 e 58-9.

³² Pinto, *O Movimento Negro em São Paulo*, p. 348.

³³ Idem, pp. 354-5.

³⁴ Neste estudo, reservo o termo movimento negro para designar um elemento da mobilização racial contemporânea. Não obstante, Regina Pinto (*O Movimento Negro em São Paulo*, p. 213) indica que esse termo aparece pela primeira vez em um texto publicado em “A Voz da Raça”, o jornal da FNB, em 1934.

nar os mecanismos de discriminação que levam à reprodução das desigualdades na sociedade brasileira. Em segundo lugar, surge um forte pólo de mobilização racial fora do eixo São Paulo-Rio de Janeiro. Em Salvador desenvolvem-se formas de mobilização inéditas e únicas, que recriam em termos raciais, com maior visibilidade, física e simbolicamente, o espaço urbano.³⁵

Embora seja especialmente relevante para o caso de Salvador, pode-se generalizar a observação de que a recriação atual de símbolos no ambiente urbano - onde se misturam as esferas do trabalho, da moradia, do lazer, da cultura, da religião e da política, mais do que nos períodos anteriores da mobilização racial, passa a compor o repertório do movimento negro. Manipulando recursos simbólicos, o movimento negro elabora práticas para a consecução de seu projeto político.

O elemento inicial, em certa medida propulsor da mobilização racial nos anos 70-80, foi o fenômeno "black soul", opção de lazer indiscutivelmente racial, mas de difícil instrumentalização política, que aglutinou jovens negros no Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Sobretudo nas duas primeiras cidades o "black soul" foi expressivo em termos de mobilização, influenciando a trajetória de importantes militantes do movimento negro.³⁶

Paralelamente à música norte-americana, utilizada como veículo da linguagem "soul", a luta pelos direitos civis naquele país, bem como os processos de descolonização dos países africanos informaram a criação de diversas organizações. A década de 1970 foi de intensa mobilização. Em Salvador registram-se as atividades do Grupo Negro; cria-se o Bloco Afro Ilê Aiyê, em 1974. Em São Paulo, o Centro de Cultura e Arte Negra, fundado em 1969, funciona como núcleo de mobilização; cria-se, em Campinas, Grupo Evolução, em 1971. No Rio de Janeiro, acontecem as reuniões do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, fundam-se a Sociedade de Intercâmbio Brasil-Africa-SINBA, em 1974, e o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras-IPCN, em 1975; a partir de 1975 são realizadas, em Niterói, as Sema-

³⁵ Olívia da Cunha é quem melhor chama atenção para esse aspecto da mobilização racial em Salvador, ao analisar a apropriação das idéias rastafari por jovens negros. Ver Olívia M. da Cunha, *Corações rastafari; lazer, política e religião em Salvador*, Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, MN/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

³⁶ Sobre o "black Rio" ver Hanchard, *Orpheus and Power*; e Helene Monteiro, *O Ressurgimento do Movimento Negro no Rio de Janeiro na década de 70*, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, IFCS/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991; sobre o "black Bahia" ver Cunha, *Corações rastafari*; e Antonio Risério, *Carnaval Ijexá; notas sobre afoxés e blocos no novo carnaval afrobaiano*, Salvador, Corrupio, 1981. Interessante notar que o "funk" reedita o "soul" nos anos 80, enquanto opção de lazer de jovens negros nas grandes cidades. Ver Hermano P. Vianna, *O mundo funk carioca*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.

nas de Estudos organizadas pelo Grupo de Trabalho André Rebouças³⁷, que se constituem em importante espaço de interação entre militantes e intelectuais, onde foram discutidos alguns dos estudos que marcam o novo enfoque das relações raciais.

O mais nítido projeto político da mobilização racial contemporânea se materializa com a criação, em 1978, do Movimento Negro Unificado-MNU. Dois aspectos são fundamentais no perfil do MNU. O primeiro é a integração das variáveis raça e classe na prática política da organização, o segundo é a tentativa de articular as diversas organizações e grupos atuando naquele momento. A definição do nome da organização alude a esse processo.³⁸

No documento distribuído no dia 7 de julho de 1978 o grupo que organizou a manifestação se denomina Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. No encontro em São Paulo, 23 de julho, acrescenta-se “negro” ao nome inicial, ficando, então, Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. Pouco mais de um ano depois desses primeiros eventos, o I Congresso da organização, realizado em dezembro de 1979 no Rio de Janeiro, delibera que ela passe a se chamar apenas Movimento Negro Unificado. Evidentemente essas alterações têm importante conteúdo simbólico e político. A adoção de um referencial racial inviabilizou uma aglutinação ampla de diversos segmentos discriminados, como certamente era projeto de alguns dos militantes. Assim, caracterizou-se uma ruptura na qual o “projeto do Núcleo Negro Socialista [de luta] contra o racismo foi reformulado, sendo formada uma organização negra, independente da estrutura e da direção da esquerda, embora o princípio classista para a luta contra o racismo fosse preservado”.³⁹ Deve-se ressaltar, que ao se consolidar como uma organização do movimento negro, o MNU se estrutura

³⁷ Ver Monteiro, *O Ressurgimento do Movimento Negro*; e J. Michael Turner, “Brown into Black: Changing Racial Attitudes of Afro-Brazilian University Students”, in P. Fontaine (ed.), *Race, Class and Power in Brazil* (Los Angeles, CAAS, 1985).

³⁸ Como observa Gevanilda Santos, já há na literatura uma controvérsia sobre essas datas. Ver Gevanilda G. dos Santos, *Partidos políticos e etnia negra*, Dissertação de Mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1992. Entretanto, quando se coteja os estudos pioneiros de Lélia Gonzalez e Clóvis Moura não se notam tais divergências. Ver Lélia Gonzalez, “O Movimento negro na última década”, in L. Gonzalez e C. Hasenbalg (orgs.), *Lugar de negro* (Rio de Janeiro, Marco Zero, 1982); Lélia Gonzalez, “The Unified Black Movement: A New Stage in Black Political Mobilization”, in P. Fontaine (orgs.), *Race, Class and Power in Brazil*, (Los Angeles, CAAS, 1985). Sobre o MNU, a mais estudada organização da mobilização racial contemporânea, ver também, além de Hanchard, *Orpheus and Power*; Pinto, *O Movimento Negro em São Paulo*; David Covin, “Afrocentricity in *O Movimento Negro Unificado*”, *Journal of Black Studies*, v. 21, n. 2 (1990).

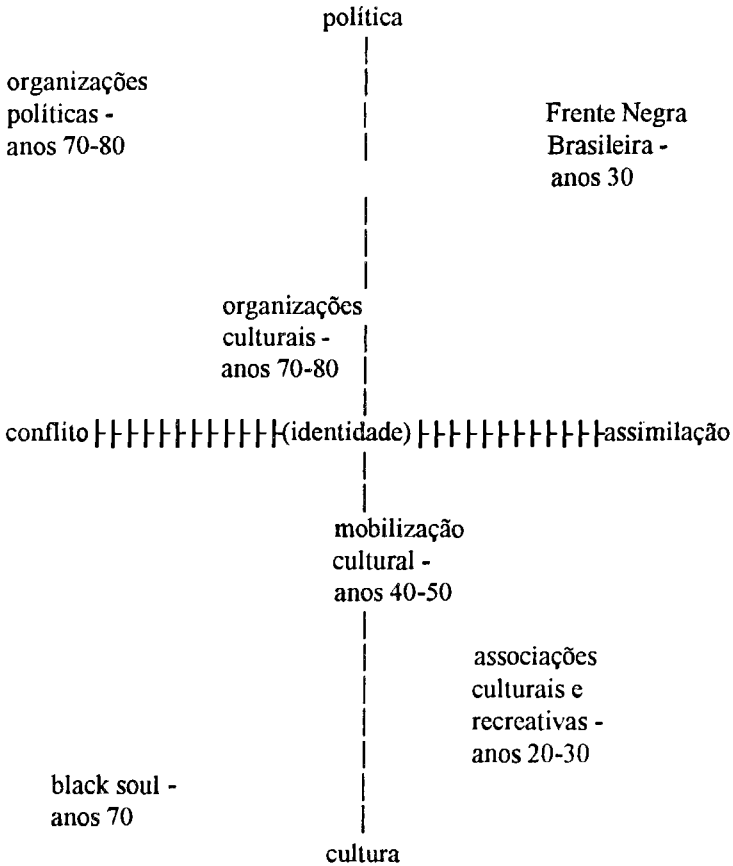
³⁹ Ver Santos, *Partidos políticos*, p. 60.

em diversas cidades e estados, passando a ser a primeira organização de caráter nacional no contexto da mobilização racial no Brasil depois da FNB.

Mobilização racial: questões e desafios

Conhecendo o repertório da mobilização racial, é possível representá-la graficamente localizando seus diversos elementos em um mapa (ver figura abaixo).⁴⁰ Neste mapa o eixo vertical indica a localização em relação à distinção política-cultural; o eixo horizontal indica a posição em relação ao discurso hegemônico.

Mapa da mobilização racial no Brasil dos anos 30 aos ano 80



⁴⁰ Este mapa se inspira na análise feita por Roland Paulston, que sugere uma representação cartográfica na identificação dos atores sociais e seus discursos, localizando-os no espaço, no caso do presente estudo o espaço das relações raciais. Ver Rolland Paulston, "Mapping ways of Seeing in Educational Studies", *La Educación*, n. 114 (1993).

Em seu conjunto a mobilização racial encontra-se no pólo da identidade, por oposição ao da ideologia, um dos eixos de análise sobre os novos movimentos coletivos, como mencionado anteriormente.⁴¹ Ao articularem uma identidade, os movimentos sociais acionam símbolos cujos significados são recriados com o fim de expressar pertencimento e garantir a transmissão de valores e convenções de comportamento.

Nos anos 20-30, o projeto de mobilização racial ensejava acelerar a aquisição das qualificações que tornariam possível a integração do negro. Uma perspectiva de assimilação mais do que de confronto foi certamente o projeto político da FNB, a mais representativa organização do período. Os anos 40-50 foram marcados pelo TEN. Nota-se que a mobilização racial ainda está presa a uma perspectiva de assimilação, embora fosse mais crítica das relações raciais no Brasil, e recorresse a uma maior instrumentalização do discurso de identidade contrastiva. Nos anos 70-80 a mobilização racial assume um caráter de crítica radical às relações raciais no Brasil. Nesse contexto, pode-se localizar o “black soul” em uma dimensão de conflito porque foram ocupados espaços de lazer diferentes daqueles percebidos como tradicionais e apropriados ao negro brasileiro.⁴²

Nesse período se forma o movimento negro, confrontando diretamente a visão tradicional das nossas relações raciais e combatendo as suas conseqüências. Regina Pinto, tendo pesquisado a imprensa negra na primeira metade do século e nos anos 70-80, listou muito menos jornais na fase contemporânea, apesar de encontrar no último período projetos literários muito mais elaborados, como o do grupo QUILOMBOJE.⁴³

Nota-se, ademais, no movimento negro uma diferenciação entre organizações culturais e políticas. É bem verdade que os espaços de “cultura negra” têm sido reclamados para fins políticos, e várias organizações têm uma presença dupla, às vezes ambígua, nas duas esferas. Mas a clivagem

⁴¹ De fato, a questão da identidade tem sido um dos principais temas na investigação sobre a mobilização racial no Brasil, embora sob um enfoque mais ligado à tradição antropológica (ver Pinto 1991, por exemplo) do que à produção sobre movimentos sociais como caracterizada por Eyerman e Jamison, *Social Movements*; e Johnston, Laraña e Gusfield, “Identities, Grievances, and New Social Movement”.

⁴² Recordo que o “soul”, como o “funk”, o reggae e o rastafarianismo são fascinantes exemplos de incorporação seletiva por parte da juventude negra, especialmente porque superam as barreiras da língua e da marginalização da indústria cultural e da mídia a esses ritmos/estilos. Ver *Globalization*; Robertson, *Social Theory and Global Culture*.

⁴³ Ver James Kennedy, “Political Liberalization, Black Consciousness, and Recent Afro-Brazilian Literature”, *Phylon*, v. 47, n. 3 (1986)..

cultura-política perpassa a literatura, bem como parece ser um elemento chave na compreensão do movimento negro contemporâneo. Certamente, o movimento negro recorre à mensagem cultural para a mobilização de consenso; correlatamente, organizações culturais desenvolvem um trabalho de conscientização política. A estratégia parece ser reforçar a diferença com base nos fatores culturais, e assim viabilizar um projeto político específico da comunidade negra.

No entanto, a tentativa de politizar um conteúdo cultural não se faz sem atrito. Eis alguns exemplos. Jônatas Silva recorda a preocupação de ativistas ligados à esfera cultural com um trabalho de cunho mais político, para em seguida notar que o componente cultural foi apontado como uma dificuldade ao MNU em Salvador.⁴⁴ Olívia da Cunha fala da tensão entre “militantes” e “carnavalescos” no movimento negro soteropolitano.⁴⁵ No Rio de Janeiro, mostrou-se sempre precária a aproximação entre movimento negro e “soul”. A síntese desse processo pode ser lida na termos de militância e de consciência para o Movimento Negro. Muito poucos [entre os que frequentavam os bailes “soul”] ficaram na militância do Movimento Negro”.⁴⁶

A questão que se coloca é em que medida as dimensões política e cultural interpelam-se mutuamente na prática do movimento negro. Assim, surgem análises como a de Joel Rufino comparando o IPCN e o bloco carnavalesco carioca Cacique de Ramos. Para Rufino há entre as duas organizações práticas similares de reforço de identidade interna e confronto com o ambiente mais amplo, sugerindo mesmo que a capacidade de articulação e expansão do bloco é uma lição a ser aprendida. Certamente Rufino simplificou o problema ao ignorar que o espaço político-ideológico almejado pelo IPCN não é o mesmo espaço carnavalesco-cultural ocupado pelo Cacique de Ramos.⁴⁷

Nesse sentido, Anamaria Morales foi mais rigorosa ao estudar o Afoxé Filhos de Gandhi e traçar elementos comparativos com o Bloco Afro Ilê Ayê. De fato, o Afoxé Filhos de Gandhi tem uma história das mais interessantes. Organizado por pessoas marcadas pela sua militância sindical, de orientação comunista e socialista, pela adesão ao Candomblé, então sob intensa perseguição policial, e pela condição racial, o grupo adotou uma mensa-

⁴⁴ Jônatas C. da Silva, “Histórias de lutas negras: memórias do surgimento do movimento negro na Bahia”, in João J. Reis (org.), *Escravidão e invenção da liberdade; estudos sobre o negro no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1988), pp. 285-6.

⁴⁵ Cunha, *Corações rastafari*, p. 169.

⁴⁶ Monteiro, *O Ressurgimento do Movimento Negro*, p. 76.

⁴⁷ Rufino, “IPCN e Cacique de Ramos”.

gem de conciliação que mais tarde viria a ser o absoluto contraste com a dos blocos afro. Assim, em torno do carnaval circulam versões e visões da participação política da comunidade negra. Certamente entre o Filhos de Gandhi e o Ilê Aiyê há uma guinada na visão sobre as relações raciais no Brasil.⁴⁸

O tema do componente cultural que permeia a prática do movimento negro é recorrente. Helene Monteiro, estudando o grupo que deu expressão ao movimento negro do Rio de Janeiro, que ela define como uma elite intelectual, conclui que “[a denúncia do preconceito] foi principalmente traduzida por manifestações culturais nas quais o aspecto sócio-econômico das condições de vida dos negros na sociedade não ganhou visibilidade”.⁴⁹ Para Maria Maués o problema está na distância entre o “negro comum” e o modelo de negro “africanizado” (vestuário, penteado, valorização de uma culinária africana, e de nomes africanos) adotado pela militância.⁵⁰ Michael Hanchard elabora sobremaneira essa linha de análise. Para ele, práticas culturalistas, por oposição a culturais, solapam a eficácia dos discursos que desafiam a hegemonia racial, que é o elemento básico na subordinação dos negros na sociedade brasileira.⁵¹

Michel Agier fala da criação de um espaço político preenchido pela a linguagem da identidade étnica, argumentando que a tentativa de reapropriação racial para fins políticos de um acervo cultural é o elemento

⁴⁸ Ver Anamaria Morales, “O afoxé Filhos de Gandhi pede paz”, in João J. Reis (org.), *Escravidão e invenção da liberdade; estudos sobre o negro no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1988) e Anamaria Morales, “Blocos negros em Salvador: reelaboração cultural e símbolos de baianidade”, *Caderno do CRH*, Suplemento (1991). Vale a pena registrar que enquanto em Salvador o Carnaval se “reafricanizava” (Risério, *O Carnaval Ijexa*), no Rio de Janeiro a apropriação de um “temática negra” e constantes referências à Bahia deram definitivo impulso para o carnaval-espetáculo do desfile das escolas de samba. Para os mais críticos isso significou uma perda de espaço para a comunidade negra, sendo a mais eloquente reação a esse processo a criação do Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo (o próprio nome um manifesto), que aliás apoiou o ato público inaugural do MNU. Ver Maria L. Cavalcanti, “A temática racial no carnaval carioca: algumas reflexões”, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 18 (1990); Ana M. Rodrigues, *Samba negro, espoliação branca*, São Paulo, HUCITEC, 1984; e Gonzalez, “The Unified Black Movement”, p. 46.

⁴⁹ Monteiro, *O Ressurgimento do Movimento Negro*, p. 115.

⁵⁰ Angela Figueiredo considera um aspecto oposto dessa questão ao estudar o mercado de trabalho e a profissionalização, em Salvador, em torno do que chamou “nova estética negra”, especialmente quanto ao estilo de cabelos. Ver Angela Figueiredo, “O mercado da boa aparência: as cabelereiras negras”, *Análise & Dados*, v. 3, n. 4 (1994).

⁵¹ Para uma provocante crítica do argumento de Hanchard em *Black Orpheus* ver o artigo de Luiza Bairros neste número. Ver também Michael Hanchard, “Raça, hegemonia e subordinação na cultura popular”, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 21 (1991).

comum entre as diversas partes da mobilização racial em Salvador. Conectados a esse esforço comum há, entre os domínios religiosos, culturais e políticos, apesar das divergências ideológicas, “um conjunto de homologias formais no que diz respeito à elaboração da identidade contrastiva em cada campo. [E]ssas correspondências se nutr[em] numa sociabilidade que coloca em relação, ao mesmo tempo, pessoas, instituições e discursos. Finalmente, essas relações se desenvolvem em espaços urbanos próprios, reapropriados ou liderados por negros”.⁵²

Falando em reapropriação de espaços, Agier atualizou o que Pierre-Michel Fontaine colocou especificamente como relações de poder. Fontaine argumenta que os negros possuem posições de liderança em nível local mas são excluídos delas nos níveis regional e nacional. A dificuldade parece estar, segundo esses autores, em transferir o poder acumulado localmente para a luta contra a discriminação e as desigualdades raciais no conjunto da sociedade.⁵³

Essas dificuldades se refletem na política eleitoral. O movimento negro tem tido notórias dificuldades em conseguir o apoio para seus candidatos, a despeito da maior participação de negros na corrida eleitoral.⁵⁴ O efeito praticamente nulo, em termos de sucesso eleitoral, da maior abertura dos partidos políticos à participação de candidatos negros, parece confirmar que na realidade brasileira “em lugar de os movimentos fecundarem os partidos, como foi a esperança de muitos, a atuação militante frequentemente enfraquece os movimentos sociais. Esta difícil questão está ainda desafiando os participantes dos movimentos negros, feministas ou ecológicos”.⁵⁵

A questão da receptividade da política eleitoral à mobilização racial é percebida de forma mais abrangente por Berquó e Alencastro que, a partir de alguns *surveys* pré-eleitorais feitos em São Paulo e Espírito

⁵² Michel Agier, “Etnopolítica; a dinâmica do espaço afro-baiano”, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 22 (1992), p. 109.

⁵³ Pierre-Michel Fontaine, “Blacks and the Search for Power in Brazil”, in P. Fontaine (org.), *Race, Class and Power in Brazil* (Los Angeles, CAAS, 1985).

⁵⁴ Há estudos sobre esse tema em São Paulo e Salvador, mas não sobre a situação no Rio de Janeiro que, entretanto, apresenta vários casos de trajetórias políticas de grande repercussão, com o da senadora Benedita da Silva, para mencionar apenas um exemplo. Sobre São Paulo, ver João B. Pereira, “Aspectos do comportamento político do negro em São Paulo”, *Ciência e Cultura*, v. 34, n.10 (1982); Ana L. Valente, *Política e relações raciais: os negros e as eleições paulistas em 1982*, São Paulo, FFLCH/USP, 1986; e Santos, *Partidos políticos*; para Salvador, ver Cloves L. Oliveira, “O negro e o poder: os negros candidatos a vereador em Salvador, em 1988”, *Caderno do CRH*, Suplemento (1991).

⁵⁵ Cardoso, “Movimentos sociais urbanos”, p. 237.

Santo ⁵⁶, investigaram a inclinação ao voto étnico, isto é, “a escolha política na qual a afiliação do candidato a um grupo étnico ou cultural predetermina o sufrágio dos eleitores identificados a este grupo”. ⁵⁷ Segundo eles, o voto étnico é, em geral, pequeno: 9,5% em São Paulo e 10% no Espírito Santo. No entanto, considerando os diversos grupos raciais da população, os autores concluem que há “um largo segmento do eleitorado afro-brasileiro se movimentando em direção ao exercício do voto étnico”. ⁵⁸ A adoção do voto distrital, os autores notam, acentuaria o impacto do voto étnico.

Analisando dados de um *survey* realizado em São Paulo, Carlos Hasenbalg e Nelson da Valle Silva observam que negros e brancos, em geral, acreditam que todos desfrutam dos mesmos direitos, embora também entendam existir discriminação no mercado de trabalho e no tratamento dispensado pela polícia. O achado mais interessante, no entanto, é que os entrevistados parecem não acreditar numa solução individualizada para o problema, embora considerem que um possível movimento social para combatê-lo deva ser integrado por negros e brancos. Os autores concluem que essa resposta indica uma opção pelo enfrentamento do problema da discriminação racial pela via da harmonia e evitação do conflito. Hasenbalg e Silva notam ainda que essa atitude conciliatória não se estende aos conflitos na esfera do trabalho, posto que a maioria aceita a greve como instrumento de pressão. ⁵⁹

Esses achados sugerem que os problemas do movimento negro estão além das suas eventuais dificuldades de comunicação com a comunidade negra ou do seu caráter cultural. A resistência à mobilização racial acontece porque a cultura política brasileira não acolhe facilmente identidades particulares. Romper o círculo vicioso que condena a questão racial à invisibilidade tem caracterizado a atuação do movimento negro.

Nesse sentido, é interessante observar como o movimento negro interage com outros segmentos da sociedade civil e como o Estado responde às suas demandas. Em um estudo inovador - porque, ao invés de

⁵⁶ Não se deve deixar de notar que os autores consideraram a resposta “cor não é importante” como categoria racial. Ora, em um *survey* o entrevistado pode designar sua classificação racial por diversos termos, e no Brasil sabemos que podem ser muitos; pode dizer que não sabe, ou se negar a responder. No entanto, “cor não é importante” não é a cor de ninguém, é a atitude frente à problemática racial, que obviamante pode ser a percepção de pessoas de quaisquer dos segmentos raciais.

⁵⁷ Berquó e Alencastro, “A emergência do voto negro”, p. 80.

⁵⁸ Idem, p. 87.

⁵⁹ Carlos Hasenbalg e Nelson do V. Silva “Notas sobre desigualdade racial e política no Brasil”, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 25 (1993).

priorizar componentes internos do movimento negro, estuda as suas relações com outros segmentos da sociedade civil - Marcos Maio analisa uma coalizão que reuniu principalmente negros e judeus no Rio de Janeiro, em 1993⁶⁰, cuja motivação foram ameaças e ataques neo-nazistas contra imigrantes nordestinos, homossexuais, judeus e negros. O diálogo entre as lideranças da comunidade judaica e do movimento negro apenas revelou os empecilhos para alcançar uma linguagem de ação comum, tendo-se decidido, para suplantar o impasse, colocar o problema como uma ameaça à cidadania, e concentrando a mobilização em torno da construção de uma “maioria brasileira e democrática”. As limitações dessa estratégia revelaram “as dificuldades de se afirmar politicamente identidades étnicas como um dos componentes do arco da cidadania, que por sinal, é um importante dilema brasileiro”.⁶¹ Em outras palavras, para propósitos políticos pode-se ser brasileiro, cidadão, democrata, mas não judeu ou negro.

Em uma situação de deslegitimação de identidades particulares e de luta pela emergência de uma cidadania nacional, o movimento negro, como outros atores coletivos, enfrenta questões delicadas, como por exemplo a de como participar do jogo político sem perder seu caráter específico. Não apenas diferenças ideológicas e rivalidades políticas, mas também a independência frente a partidos políticos e outras instâncias de poder, são sempre um duro teste para os movimentos sociais. Há uma discussão tanto entre militantes quanto entre estudiosos dos movimentos sociais sobre se é o caso de autonomia ou subordinação, de cooperação ou cooptação. O contexto autoritário brasileiro dos anos 70 levou os estudiosos dos movimentos sociais urbanos no Brasil a ver inicialmente o Estado apenas como adversário. No entanto, a prática dos movimentos sociais demonstra que o Estado tanto é um inimigo a ser enfrentado quanto um agente legitimador, que responde seletivamente às suas demandas, ao mesmo tempo em que, pelo menos de forma localizada, se democratiza em contato com os movimentos sociais⁶².

A democratização abriu novos espaços para os movimentos sociais. As

⁶⁰ Nos termos de Klandermans esta coalizão representa a “formação de consenso”, ou seja, uma convergência não planejada de significados entre dois atores coletivos, já que negros e judeus não têm sido tradicionais aliados no Brasil.

⁶¹ Marcos C. Maio, “Negros e judeus no Rio de Janeiro: um ensaio de movimento pelos direitos civis”, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 25 (1993), p. 181.

⁶² Ruth Cardoso enfatiza esse argumento (ver Cardoso, “Movimentos sociais urbanos”). Sonia Alvarez fala de pontos de acesso diferenciados na relação entre o aparato estatal e os movimentos sociais. Ver Sonia Alvarez, *Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Politics*. Princeton, Princeton University Press, 1990, p. 195.

eleições diretas para governador em 1982 trouxeram as primeiras vitórias das forças políticas comprometidas com a construção da ordem democrática e receptivas às propostas da sociedade civil.⁶³ Em São Paulo, o governador Franco Montoro criou, em 1984, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. No Rio de Janeiro, o governador Leonel Brizola nomeou, em 1982, três negros, entre eles uma mulher, para o secretariado estadual e, na sua segunda administração, em 1991, criou a Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras, inicialmente dirigida por Abdias do Nascimento.⁶⁴

Sabemos que as políticas sociais sofrem constantes soluções de continuidade no Brasil, onde perspectivas de longo prazo sucumbem ao cálculo eleitoral imediato. O problema da eficácia desses órgãos na burocracia estatal, então, se torna crucial. Alvarez registra a polêmica entre as mulheres a respeito de qual seria a melhor estrutura organizacional para o movimento feminista, e a respeito da composição partidária de suas organizações e da adequação da participação política das militantes. Pode-se perfeitamente admitir, embora essa ainda não tenha sido uma problemática extensivamente explorada, que essa é também uma questão debatida no interior do movimento negro. Este, ao se consolidar como um ator político, é chamado a se posicionar frente aos arranjos institucionais da democracia.

Em relação às agências governamentais voltadas para a questão racial, tanto pode-se considerá-las mais que ornamentos democráticos, posto que através delas desenvolve-se, no âmbito da administração pública, uma ação que atende a demandas do movimento negro; quanto se pode ser menos otimista e chamar a atenção para as limitações dessas agências, e lembrar o seu potencial de cooptação.⁶⁵ Na verdade, a questão é como o movimento negro reage a essas iniciativas, se elas se consolidam além do âmbito partidário e de uma determinada gestão governamental e em que medida sua existência consegue tornar o aparato estatal permeável às demandas

⁶³ Lembre-se que a primeira dessas agências foi o Conselho Estadual da Condição Feminina, criado pelo governador Franco Montoro em 1983, o qual, recorda Sonia Alvarez, passou a contar com uma feminista negra depois de pressão de organizações negras. Alvarez *Engendering Democracy in Brazil*, p. 201, nota 5.

⁶⁴ Sobre o conselho paulista ver Santos, *Partidos políticos*; sobre a secretaria fluminense ver Athayde Motta e Regina C. dos Santos, *Questão racial e política: experiências em políticas públicas*, São Paulo, CEBRAP, 1994.

⁶⁵ Andrews, "O protesto político negro em São Paulo, p. 38, chama atenção para o primeiro aspecto, enquanto Hanchard, *Black Orpheus*, pp. 134-7, para o segundo.

populares. De resto, esse é um desafio para toda a mobilização coletiva de caráter racial. O que está sendo testado é a “representatividade real”⁶⁶ do movimento negro e sua capacidade de ampliar uma mobilização de consenso e mobilizar recursos e apoios para a luta contra os mecanismos que levam à reprodução das desigualdades raciais.

Considerações finais

Para o movimento negro, a politização das relações raciais tem como objetivos (1) confrontar a ideologia racial dominante, (2) mobilizar todos os segmentos da comunidade negra, (3) lutar contra as desvantagens raciais, seja em termos de desigualdades socioeconômicas, seja em termos de estereótipos negativos.

Na medida em que procura politizar a dimensão racial das relações sociais, o movimento negro tem antes que desvendar os tortuosos caminhos da democracia racial denunciando-a como um mito. Nessa atividade tem-se consumido grande parte do seu esforço. Não que as pessoas necessariamente não percebam a discriminação, mas a tarefa do movimento negro parece ser mostrar que a mobilização coletiva é a resposta correta a essa situação.

Para deslegitimar a ideologia da democracia racial o movimento negro recorre ao reforço positivo da identidade racial, cujo sinal mais emblemático é a adoção de Zumbi e do 20 de Novembro como símbolos.⁶⁷ Ao criar referenciais exclusivos, em um sentido inverso ao da sociedade brasileira, que associa signos étnicos à identidade nacional, seriam abertas vias para a mobilização de consenso. Acontece que, a curto prazo, o movimento negro tem pouco a oferecer, na medida em que não há barreiras formais a serem removidas, mas um longo processo de educação política. O apelo à identidade racial positiva fica, assim, restrito a esferas culturais e de lazer no mundo urbano, sendo muito mais eficaz nestas do que na esfera do político.

Além disso, deve-se considerar também a evolução da nossa estratificação social. Sem por em dúvida a reprodução das desigualdades

⁶⁶ Boshi e Valladares, “Movimentos associativos de camadas populares urbanas”, chamam atenção para esse aspecto ao analisarem o movimento associativo. Igualmente, lembram que há significativos custos da participação em movimentos sociais e que altos níveis de participação não se sustentam por muito tempo. Acho importante recuperar essas observações quando se analisa as conquistas e dificuldades do movimento negro.

⁶⁷ Micênio Santos, *13 de maio, 20 de novembro: uma descrição da construção de símbolos raciais e nacionais*, Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, IFCS/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

raciais, o nível de desagregação dos dados pode afinal encobrir nuances relevantes. Peggy Lovell mostra que, de 1960 a 1980, o diferencial de salários entre negros e brancos aumentou nas ocupações não-manuais mas diminuiu entre ocupações manuais.⁶⁸ Edward Telles, por seu turno, nota que a segregação racial no Brasil, sendo menor do que nos Estados Unidos, é ainda menor em áreas de baixa renda.⁶⁹ Em um outro estudo, esse autor analisa o efeito do desenvolvimento industrial sobre a estrutura ocupacional e conclui que há um efeito misto, qual seja: com a industrialização as desigualdades nas ocupações manuais diminuíram, mas nas profissões liberais e ocupações administrativas aumentaram, sendo maiores as desigualdades nas áreas menos industrializadas.⁷⁰ Edward Telles mostra também que “os efeitos da industrialização sobre o mercado de trabalho são tanto diretos como indiretos, via sistema educacional”.⁷¹ A síntese da mensagem contida nessas conclusões é que tão logo os negros experimentam alguma mobilidade social as barreiras aumentam. No entanto, é evidente que a “igualdade” na base da pirâmide social ajuda na camuflagem dessas mesmas barreiras.

Apesar dessas dificuldades, o movimento negro tem se consolidado como ator político. Não se trata de romantizar a experiência desse movimento social mas de contextualizá-la. “Algumas vezes”, nos lembra Ruth Cardoso, “parece que os movimentos sociais saem à rua para perder. Conta menos a vitória que a união em si, que o sentimento de pertencer”.⁷² Nessa mobilização está presente a formação da identidade que ao mesmo tempo aglutina os indivíduos e define o próprio grupo.

A atenção dedicada pelas agências governamentais à questão racial, bem como a preocupação, ao menos nominal, dos partidos políticos com o

⁶⁸ Lovell, “Race, Gender, and Development in Brazil”.

⁶⁹ Edward Telles, “Cor da pele e segregação residencial no Brasil”, *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 24 (1993).

⁷⁰ Tendo em vista a preocupação em relação às áreas de mais intensa mobilização racial, vale a pena assinalar que Salvador tem entre todas as 74 áreas urbanas analisadas o maior índice de desigualdade racial na estrutura de emprego. Rio de Janeiro e São Paulo, ocupam 15ª e 23ª posições, respectivamente. (cf. Telles, “Industrialização e desigualdade racial no emprego”, Tabela 3).

⁷¹ Telles, “Industrialização e desigualdade racial no emprego”, p. 42. Chamo a atenção para essa conclusão porque ela corrobora a centralidade do problema da educação. Não só parte das desigualdades operam através da educação como referido por Telles aqui, como o processo educacional “embranquece”, como visto na análise de Nelso da Valle Silva algumas páginas atrás. Ver Silva, “Uma nota sobre ‘raça social’”.

⁷² Cardoso, “Movimentos sociais urbanos” p. 234.

tema, são, senão uma prova do vigor do movimento negro, pelo menos uma demonstração do potencial dessa mobilização. O estudo da atuação dessas agências como canais de absorção de demandas, assim como o estudo dos órgãos implementadores de política públicas, e sua influência sobre o movimento negro em geral e sobre militantes em particular, devem constar forçosamente de uma agenda de pesquisa.

Nesse sentido, essa minha revisão dos estudos sobre a trajetória da mobilização racial é oportuna. Nota-se na literatura sobre relações raciais no Brasil não apenas um distanciamento em relação ao debate sobre os movimentos sociais em geral, mas também uma grande lacuna bibliográfica. O leitor que consultar essa literatura vai constatar que, em alguns casos, os estudos recentes são simplesmente ignorados. Desconhecem-se, ademais, os mecanismos que atualizam o movimento negro enquanto interlocutor do Estado, faltam formulações teóricas e novas metodologias ligadas à investigação sobre os movimentos sociais, e, principalmente, tem-se perdido a oportunidade de conhecer melhor quem são os militantes negros, através da realização de *surveys* durante os inúmeros encontros realizados no país.

Sem dúvida, o desafio atual do movimento negro é elaborar uma prática política que supere a denúncia do mito da democracia racial, num contexto em que a complexidade das lutas políticas dá-se sob o impacto da velocidade vertiginosa das transformações do capitalismo. A busca dessas novas estratégias tem efetivamente se dado através da renovação de organizações criadas nos anos 70 e através da prática de organizações novas como o Geledés-Instituto da Mulher Negra, em São Paulo, o Centro de Articulação das Populações Marginalizadas, no Rio de Janeiro, e a Casa Dandara, em Belo Horizonte, por exemplo. Essa tarefa se inscreve no projeto de toda a sociedade civil de construir um regime de participação política que seja mais do que o cumprimento de rituais democráticos. Vota-se, o parlamento e o judiciário funcionam na plenitude dos seus poderes, mas essas conquistas não se refletem na mudança qualitativa do exercício da cidadania.